

“Estamos a criar um sistema de desenvolvimento curricular do engenheiro”



D.R.

Fernando de Almeida Santos
presidente da Região Norte da Ordem
dos Engenheiros (OERN)

A Região Norte da Ordem dos Engenheiros está a endereçar os problemas que têm afectado a classe nos últimos anos e, para tal, já criou uma bolsa para resolver o problema dos estágios não pagos, e pretende simplificar o reconhecimento do profissional com um ambicioso sistema. Em entrevista ao Construir, Fernando de Almeida Santos explicou em que se baseia esse sistema

Pedro Cristino
pcristino@construir.pt

Para Fernando de Almeida Santos, presidente da Região Norte da Ordem dos Engenheiros (OERN), o acesso rápido à profissão e a criação de um sistema de desmaterialização do atendimento ao membro são questões fulcrais para a associação.

Como avalia a participação dos engenheiros mais jovens nas iniciativas da Ordem dos Engenheiros?

Eu acho que a participação dos jovens engenheiros é algo alheada, mas há vários factores. Um dos factores consiste na Ordem ter a imagem de uma organização demasiado institucional, que não deixa de o ser porque é um braço do Estado, embora seja uma associação de direito público. Por outro lado, é a faixa etária profissional que tem maior ocupação de trabalho continuado e menos abertura das suas entidades empregadoras para ser libertada para estas ocasiões. Mas é normal. Às vezes, não é por falta de vontade, porque os engenheiros até estão atentos aos eventos da Ordem. Tem muito mais a ver com aquilo que são enquadramentos laborais. Se virmos o comparativo, em termos de formação contínua que a Ordem dos Engenheiros promove ou patrocina, a faixa etária é muito mais re-

duzida. Ou seja, depende dos temas e do enquadramento.

Quais são os principais desafios enfrentados por esta faixa etária de engenheiros?

A minha opinião relativamente a esta matéria é claramente no sentido de verificar quais são as necessidades que cada faixa etária tem e começarmos por actuar de forma muito direccionada para os jovens engenheiros. Porquê? Porque começou a acontecer um fenómeno desagradável que consiste na entrada de engenheiros para estágios que deixaram de ser pagos. Começou a não haver emprego para jovens engenheiros, nem sequer estágios.

Como actua a Região Norte perante estas questões?

Para actuarmos, focámo-nos em dois grandes factores: acesso rápido à profissão, em termos daquilo que pudesse ser agilizado pela Ordem – porque a Ordem tem barreiras à partida, é diferente ser licenciado em engenharia de ser engenheiro – e, por outro lado, o factor da crise e da conjuntura que leva à falta de emprego. A Região Norte da OE foi pioneira numa solução de estágio que foi partilhada por todas as regiões e que consiste no seguinte, uma vez que não há possibilidade de fazer estágios em contexto de empresa, porque não há oferta, a OE lançou uma estra-

tégia inovadora interna de facultar, a quem quer fazer o estágio, uma bolsa de estágios como se fosse em contexto de empresa. Pegamos em engenheiros mais velhos e em temas ligados a esses engenheiros e patrocinamos e acompanhamos estágios a quem necessita dos mesmos e não os consegue arranjar. Com isto, queremos que a transitividade de estágios seja feita num contexto de simulação para que os engenheiros não percam tempo por não conseguirem estágios. É uma aceleração para a entrada na profissão. Outra coisa com que nos preocupamos é a questão da inovação e do empreendedorismo, segundo a qual pretendemos motivar ao auto-emprego, com meios próprios. Aprofundámos também a nossa relação com as universidades. Temos, neste momento, convénios aprofundados com conteúdos muito focalizados com as principais universidades e politécnicos no Norte do país.

Em no campo internacional?

Embora de dimensão nacional, mas com uma influência forte da Região Norte, o último diapasão consiste na abertura ao exterior. Ou seja, o ensino da engenharia em Portugal é, em termos gerais, um bom ensino, e a engenharia, em si, não tem fronteiras. Um bom engenheiro português tem capacidade de ser, à partida, um engenheiro global. O grande problema são as barreiras nos outros países, porque existem entidades reguladoras da profissão que não reconhecem os títulos. Neste caso, a preocupação da OE consistiu em definir uma estratégia para as relações internacionais num contexto de reciprocidade, de conseguir que existisse o reconhecimento do engenheiro português. As coisas têm corrido bem neste aspecto. Com a Europa é fácil, porque a directiva “Serviços” ajuda a agilizar a mobilidade, portanto o assunto está parcialmente resolvido, embora tenhamos convénios bilaterais com outros países, como o Reino Unido, que nos ajuda com os países da Commonwealth a ter uma espécie de “bypass”, ou como com Espanha, não necessariamente por dificuldades de correlação, mas essencialmente porque os cursos de Engenharia Civil e Mecânica, no caso espanhol, são diferentes. Temos de fazer convénios para nivelar esta área. Temos ainda convénios com os países de expressão lusófona que têm estruturas iguais à nossa e em todas está a correr bem. Temos também

“Para actuarmos, focámo-nos em dois grandes factores: acesso rápido à profissão, em termos daquilo que pudesse ser agilizado pela Ordem – porque a Ordem tem barreiras à partida, é diferente ser licenciado em engenharia de ser engenheiro – e, por outro lado, o factor da crise e da conjuntura que leva à falta de emprego”

ligações a outros países que entendemos serem de charneira e estamos – a Ordem dos Engenheiros – a presidir ao Conselho das Associações Profissionais de Engenharia de Língua Portuguesa e Castelhana. São 31 países onde temos mais procura de engenheiros “exportáveis”, no sentido de internacionalização e não de emigração, pois tem de haver retorno, sob pena de, se não houver, estarmos a perder recursos próprios. Temos, neste momento, acordos assinados com o México, a Colômbia e o Peru e estamos em negociações com a Venezuela.

Como vê estes convénios?

Penso que estamos a dar um contributo que beneficia os jovens engenheiros, mas não só. Fomos notando que, com esta crise, existe desemprego de meia idade o que, infelizmente, ainda é mais doloroso do que o desemprego jovem. Temos situações de pessoas com mais de 40 anos em situação de desemprego, que sempre tiveram uma vida desafiada e, de repente, vêem-se neste contexto, com necessidade de ir para além-fronteiras. Isto obrigamos a repensar a forma de resolver estas situações e, neste aspecto, estes convénios são transversais. Não deixo de reconhecer que a OE não é, muitas vezes, suficiente por si só para assegurar estas bilateralidades, ou seja, há circunstâncias que obrigam a uma intervenção diferenciada, ao nível político.

Porque acha que existe uma abertura tão grande destes países latino-americanos para estabelecer convénios com a Ordem?

São países com muita dimensão e centralidade regional. A Venezuela, eventualmente, nem tanto mas, do ponto de vista do futuro, faz sentido.

Quer o México, quer a Colômbia, quer o Peru, estão a crescer a cerca de 5% ao ano. Têm praticamente tudo o que é infra-estruturas para fazer e têm, genericamente, um ensino de engenharia relativamente bom. Não precisam de engenheiros em quantidade mas sim da nossa experiência. Aquilo que já fizemos aqui, eles precisam de fazer lá. Nesse aspecto, somos bem recebidos, desde que não ocupemos o espaço dos engenheiros locais.

Poderá ser uma realidade os engenheiros portugueses apoiarem estes países na área da formação?

De certeza que sim, na formação contínua, mais do que na formação de base. Estamos muito adiantados em alguns temas específicos da engenharia. Desde logo, na física das construções, nos aspectos térmicos, acústicos, de certificação energética. Outra coisa que temos na Europa e que ficou muito bem visto por esses países foi a coordenação da segurança na construção. Somos também pioneiros relativamente aos sistemas automatizados de portagem, como a Via Verde, e temos ainda as questões facultativas da indústria da construção, que são as questões ambientais e a gestão da qualidade. Os nossos sistemas de gestão estão mais desenvolvidos, o que não quer dizer que os países em questão não tenham isso. Têm, mas precisam de um “upgrade”, e estas são as nossas mais valias nestes países em desenvolvimento, o que leva a esta relação de reciprocidade e de confiança que cria oportunidades. Posso adiantar-lhe que, neste momento, há mais de mil cidadãos portugueses a trabalhar na Colômbia.

Que projectos está a Região Norte a desenvolver actualmente?

Estamos a desenvolver a des-

materialização do atendimento ao membro. Actualmente, se queremos uma declaração para reconhecer um profissional, é tudo feito de uma forma pouco prática, pouco à engenheiro. O que queremos é criar um sistema de desenvolvimento curricular do engenheiro ao longo da vida. Temos definidos os actos de engenharia, que são 12 especialidades. Depois, há que ver quais são os actos partilhados entre especialidades e quais não são. Em alguns casos até nos confundimos com os engenheiros técnicos porque nos cruzamos com eles, noutros casos com arquitectos. Portanto, temos de ver quais são estas fronteiras e quais são as sobreposições, para depois definirmos as competências. Embora não seja um trabalho difícil, é exaustivo. O trabalho difícil surgirá quando, definidos os actos de engenharia, se somarem as competências, nalguns casos, reguladas já pelo Estado, noutros definidas pela Ordem dos Engenheiros. O que queremos é definir, com base na formação contínua, na experiência e na intervenção social do engenheiro, um sistema de creditação do engenheiro ao longo da vida e esse sistema vai somando a um currículo para que o único currículo do engenheiro seja detido pela Ordem. Isto é um factor de absoluta credibilização da engenharia portuguesa. Actualmente, se nos lançamos para concursos de fiscalização para uma obra de edificação e uma obra de estradas, temos de ajustar o currículo do engenheiro que concorre. A partir do momento em que o currículo é mutável, com o cadastro de desenvolvimento da OE, tem uma credibilidade imutável para o Estado português enquanto decisor público. Este é o grande contributo para a profissão. ■